

O clima depois de Haia

Não chega a surpreender que a reunião de Haia tenha terminado sem que os representantes dos países signatários da Convenção sobre Mudanças Climáticas conseguissem pôr-se de acordo para definir as regras que permitirão levar à prática o Protocolo de Kyoto, assinado em 1997. Por esse documento, os países industrializados comprometem-se, entre outras coisas, a reduzir em 5,2% (sobre os níveis de 1990) suas emissões de gases poluentes formadores do chamado efeito estufa e a criar o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que permitirá aos países já desenvolvidos financiar projetos despoluidores nas nações em desenvolvimento e a descontar a redução de suas emissões próprias.

Entre os fatores que se conjugaram para impedir o êxito das negociações, estava a dificuldade de se saber em que medida as ações para reduzir a poluição num país, com o custo de mudanças na respectiva matriz energética, afetarão a competitividade econômica desse país. Essa questão tornou-se aguda pela diferença de situações entre a Europa, de um lado, e Estados Unidos, Japão e Canadá, principalmente, de outro. Enquanto a Alemanha já reduziu suas emissões em 16% sobre os ní-

veis de 1990 (com a desativação de indústrias obsoletas na parte oriental, principalmente), a Grã-Bretanha em 8,9% (graças a mudanças na matriz energética, com destaque para o abandono progressivo do carvão como combustível) e a França em 1,1%, os EUA aumentaram seus níveis, desde 1990, em 21,8%, o Japão em 8,5% e o Canadá em 17,1%. A esses números estas últimas nações devem acrescentar as reduções que aceitaram em Kyoto, de 7% para os EUA e de 6% para Canadá e Japão.

Essa desigualdade de situações cria muitas incertezas econômicas, principalmente porque ainda não se sabe com precisão como evoluirá o custo das alternativas energéticas para os combustíveis fósseis. Também não há certeza nas previsões de "soft landing" – ou de um pouso mais "duro" – para a economia norte-americana em 2001. E isso terá conseqüências na rentabilidade e na competitividade das empresas poluidoras. Por outro lado, as incertezas em relação à moeda européia, o euro, não se dissiparam.

E o próprio imbróglio das eleições norte-americanas complica o panorama: como se comportará o novo presidente em relação ao Protocolo de Kyoto, seja ele quem for? E como se comportará o novo Se-

nado americano, a quem cabe homologar (por dois terços dos votos) ou não a assinatura do Protocolo de Kyoto?

Evidentemente, não foi a mais adequada a estratégia da direção da conferência (usual nesse tipo de negociação) ao deixar para os últimos momentos a busca de conciliação entre as opiniões conflitantes sobre os princi-

pais temas – inclusão ou não do carbono seqüestrado por florestas nativas no Primeiro Mundo nas reduções de emissões; permissão para que empresas utilizem o mecanismo de comércio de emissões para cumprir suas obrigações internas de baixar as emissões em seus países.

Não foi a mais adequada porque já havia indícios de certo abrandamento da posição "dura" norte-americana. Assim como era razoável presumir que o Canadá poderia suavizar a sua, já que semanas antes da reunião de Haia fixara unilateralmente metas para a redução de emissões em seu território.

As notícias da área científica – cada vez mais afirmativas quanto aos efeitos dramáticos dos atuais níveis de poluição – também aconselha-

vam que se desse mais tempo para se tentar um acordo.

De qualquer forma, as portas não estão fechadas, já que a conferência das partes em Haia não foi considerada encerrada. Seu término foi transferido para maio próximo, em Bonn, sede do secretariado técnico da Convenção.

Até lá, aos diplomatas e demais negociadores da Convenção, assim como aos cientistas, caberá trabalhar exaustivamente para chegar aos consensos possíveis antes mesmo do encontro. Para que os trabalhos se abram

já com perspectivas definidas.

O papel dos negociadores brasileiros pode ser decisivo, já que o Brasil tem tradição e competência respeitadas na área, desde as negociações que levaram à assinatura da Convenção em 1992, passando pela proposta de criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (que também aguarda regulamentação).

Não faria sentido a humanidade continuar ouvindo as previsões pessimistas da ciência sem ouvir também palavras de esperança. A missão de estadistas é exatamente essa: construir as possibilidades, a esperança.

Foi mais uma vez adiada a aplicação prática do Protocolo de Kyoto

Class.	90
Data	21/2/2000
Forma	025P
SOCIOECONOMIA	
Documentação	
INSTITUTO	